

A História da Educação e o Ensino de História a partir da aprovação do PNDL e da escolha dos livros didáticos em Pitimbu/PB.

Luciane de Paiva Correia, Eduardo da Silva Vicente Junior, Thiago Nunes Soares.

Mestrando Univerdidad del Salvador (USAL) - Facultad de Ciencias de la Educación y de la Comunicacion Social – Buenos Aires/Ar - lucianedepaiva@gmail.com);

Mestrando Univerdidad del Salvador (USAL) - Facultad de Ciencias de la Educación y de la Comunicacion Social – Buenos Aires/Ar - eduardjunio@yahoo.com.br);

Professor de História da Educação (Universidade Federal Rural de Pernambuco) e Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – thiagonsoares@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcado pela forte censura repressão e vigilância social em todos os âmbitos, entre os quais, destaca-se o educacional. Nesse cenário, o modelo de ensino tecnicista, nacionalista e de forte controle ideológico gerou muita insatisfação em grande parte da população.

Através da Lei nº 5692/1971, por exemplo, ocorreu a substituição do Ensino de História e Geografia por Estudos Sociais, havendo também a inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social da Política Brasileira (OSPB), para atender os objetivos políticos e ideológicos do Estado. Era imposto um tipo de ensino direcionado, linear e não crítico. No decorrer do processo didático, o ensino era o ensino tradicional, pelo fato do professor ser concebido como o grande detentor do saber. Dessa forma, o Ensino de História geralmente era baseado na metodologia de educação bancária, em sistemas de datas comemorativas e na narrativa da história dos ditos vencedores, excluindo diversos sujeitos.

Nesse cenário, o modelo de ensino tecnicista, nacionalista e de forte controle ideológico gerou muita insatisfação em grande parte da população. Nesse sentido, nos anos 1980, por exemplo, os professores da rede pública de todo o país discutiram sobre a reformulação do Ensino de História, o que teve significativa repercussão nas mídias.

Todos esses debates geraram profícuos resultados. Um deles foi a aprovação do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL), através do Decreto nº 91542, de 19/08/1985, suscitando uma visão positiva na estruturação da elaboração do currículo escolar e na escolha dos livros. Desde então, esse processo de seleção conta com a participação dos professores, que também podem ser produtores de materiais didáticos, o que contribui para obtenção e construção do conhecimento em

diversos campos do saber, como é o caso da História. Diante disso, seguem algumas diretrizes do PNDL:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para a produção, visando maior durabilidade e possibilidade a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão de oferta aos alunos de 1^a e 2^a série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

Os materiais didáticos podem ser produzidos pelos professores e alunos, sendo resultados de obtenção e construção do conhecimento no decorrer do processo da aprendizagem de forma coletiva. Ademais, os livros didáticos podem ser tidos como instrumentos de controle dos agentes do poder, pois isso ocorre na medida em que se vai:

Controlando a forma de currículo; a relação de produção x consumo de materiais didáticos e a desqualificação dos professores, as condições inadequadas das escolas, gerando uma cultura mercantilizada, transformando a escola no mercado lucrativo da indústria cultural “pacotes educacional (APPEL *Apud* BITTENCOURT 2009, p. 298).

Dessa forma, para o desenvolvimento da atividade de apreciação e escolha dos livros didáticos de História são fundamentais: o comprometimento do professor e a participação da comunidade escolar na escolha desses instrumentos de trabalho dos docentes e dos alunos, relacionando os tipos de materiais de acordo com a metodologia aplicada e seu objetivo.

Nesse sentido, para uma maior compreensão desse cenário, é relevante historicizar esse contexto. Com a aprovação da Constituição Federal de 1988 vai ocorrer uma nova fase na educação brasileira, como fica bem explícito no Artº 205 CF/1988.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Outro marco importante é a Lei nº 9394/1996, a LDB, que em seu Artº 1, ressalta a abrangência do processo educativo e a aspectos marcantes e fundamentais para se refletir acerca do papel do Ensino de História para a formação da sociedade:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB/1996).

Além disso, nos Parâmetros Curriculares Nacionais constam o currículo escolar, os objetivos do ensino para todas as disciplinas, inclusive parte diversificada, distribuição proporcional de recursos públicos. No PCN de História, explica com detalhes seus objetivos gerais para o Ensino Fundamental, na medida em que “espera-se que ao longo do ensino fundamental, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente”. (PCN, 1997, p.33)

Dessa forma, é nesse contexto que está inserido o PNDL, pois ele está voltado para a promoção da gratuidade dos livros didáticos aos alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental, tornando-se uma excelente oportunidade de professores e secretários avaliarem e selecionarem os títulos, para o governo adquiri-los e as editoras os distribuírem em todo o Brasil. Nesse sentido, destacamos que “o livro didático é uma das fontes de conhecimento histórico e, como toda e qualquer fonte, possui uma historicidade e chama a si inúmeros questionamentos” (FONSECA,

2003:56). Neste momento oportuno a participação dos professores é de suma importância para esta nova fase de problematização do Ensino de História.

Diante disso, o objetivo principal do nosso trabalho é fazer uma análise acerca das mudanças no Ensino de História a partir da aprovação do Programa Nacional do Livro Didático, na sua forma de edição, publicação e oferta, tendo lócus de investigação a cidade de Pitimbu/PB. Assim, pesquisamos sobre a atuação dos professores de História desse município na escolha dos livros didáticos de História do Ensino Fundamental–Séries Finais que serão utilizados no triênio (2017/2018/2019), verificando a participação dos docentes na apreciação e escolhas dos livros e problematizando como ocorreu esse processo.

METODOLOGIA

Diante dessa problemática, desenvolvemos uma pesquisa de campo, ao coletarmos dados sobre a temática investigada na Secretaria de Educação de Pitimbu. Ademais, também foi de suma relevância uma pesquisa bibliográfica, com um propósito de realizar um breve levantamento do Ensino de História, a partir do PNDL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Constituição Federal de 1988 e dos Parâmetros Curriculares de História (PCNs).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatamos que entre os 08 professores regentes da disciplina de História, todos estiveram presentes no encontro de apreciação e escolha do livro didático. Essa atividade foi realizada no dia 18 de setembro de 2016, no Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no Centro de Pitimbu. Diante das dificuldades existentes para reunir todos os professores das disciplinas do Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais da rede municipal de educação, foi providenciado o transporte para todos, trazendo esses profissionais das zonas rurais e de assentamento para a área urbana, onde ocorreu o local da reunião. O objetivo era contemplar as diretrizes do PNDL, para que o processo de apreciação e escolha dos livros didáticos seja democrático e que busque atender a participação de todos os docentes.

No caso do Ensino de História, foram disponibilizadas e apresentadas 04 coleções à equipe pedagógica e aos professores, que apreciaram e escolheram, a partir de múltiplas análises e

argumentos, uma coleção para contemplar todo o município; não havendo uma unanimidade na decisão neste resultado, conforme expressa o gráfico a seguir.



Gráfico 1 – Participação dos professores de História de Pitimbu/PB na apreciação e escolha do livro didático para o triênio 2017/2019. Elaborado pelos autores.

Após esse processo, continuou aberta a discussão sobre a adaptação dos docentes, embora suas escolhas não fossem atendidas.

CONCLUSÃO

Ademais, verificamos a participação de 100% dos docentes de História na escolha dos livros didáticos de História em Pitimbu, em que 75% deles optaram pela obra Projeto Araribá História,

Editora: Maria Raquel Apolinário, editora Moderna. Diante disso, constatamos que o livro didático de História é um relevante instrumento para o ensino-aprendizagem, sendo o seu processo de escolha é complexo e permeado por questões mercadológicas, ideologias e concepções pedagógicas múltiplas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, 05 de outubro de 1988. Ulysses Guimarães, *at al.*

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato Souza.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental; Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CUNHA, Luís Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro – Francisco Alves, 1977.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP. Papyrus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História e Ensino de História**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.